

## O Serviço de Proteção aos Índios e os projetos de desenvolvimento dos Postos Indígenas: o *Programa Pecuário* e a *Campanha do Trigo* entre os Kaingang da IR7

The Indian Protection Service and development projects of the Indian Posts: the *Cattle Raising Program* and *Wheat Campaign* among the Kaingang of IR7

Ana Lúcia Vulfe Nötzold\*  
Sandor Fernando Bringmann\*\*

**Resumo:** No presente texto, analisamos algumas ações e estratégias desenvolvimentistas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) que visavam tornar auto sustentáveis os Postos Indígenas espalhados pelo Brasil. O grande objetivo dos projetos elaborados pelo SPI era a inserção dos indígenas na dinâmica produtiva regional, visando diminuir o ônus de sua manutenção para os cofres do governo federal. Neste sentido destacaremos o papel desempenhado por dois projetos de desenvolvimento organizados entre os anos 1940 e 1950: o *Programa Pecuário* e a *Campanha do Trigo*, que tiveram grande impacto na organização sociocultural e espacial dos indígenas, principalmente entre os Kaingang da 7ª Inspeção Regional (IR7), que compreendia os Postos indígenas do Sul do Brasil.

**Palavras Chave:** SPI. Projetos. Desenvolvimento

**Abstract:** In the present paper, we analyze some actions and development strategies of the Indian Protection Service (SPI) which aimed to transform self-sustaining the Indian Posts throughout Brazil. The great intent of the projects developed by the SPI was the insertion of indigenous on the regional production dynamics, seeking to reduce the costs of its maintaining to the federal government safes. Under these circumstances we will emphasize the role performed by two development projects organized between the 1940s and 1950s: the *Cattle Raising Program* and the *Wheat Campaign*, which had great impact on the socio-cultural and spatial organization of the indigenous, especially among the Kaingang of the 7th Regional Inspectorate, which included the Indian posts of south Brazil.

---

\* Doutora em História pela Universidade de Poitiers-França. Professora Associada do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Coordenadora do Laboratório de História Indígena (LABHIN/UFSC) e do Observatório da Educação (OBEDUC/MEC/CAPES/UFSC).

\*\* Doutorando em História pelo PPGH/UFSC. Pesquisador junto ao Laboratório de História Indígena (LABHIN/UFSC) e colaborador no projeto OBEDUC. Bolsista CAPES.

**Keywords:** SPI. Projects. Development

## **O SPI e os projetos de desenvolvimento para os indígenas do Brasil**

Ao longo de sua trajetória (1910-1967), o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), através de seu corpo de administradores e funcionários, elaborou estratégias para uma ação tutelar dos indígenas brasileiros, fundamentando-se em uma relação de controle e poder, em cujos meandros o estado deveria atuar como o defensor dos povos nativos brasileiros, utilizando-se para isso de recursos humanos e financeiros provenientes do aproveitamento da mão de obra e dos recursos naturais presentes nos estabelecimentos indígenas. Na esteira dos planos de proteção, buscava-se controlar os conflitos entre as populações indígenas e a sociedade nacional envolvente, o que se imaginava alcançar com a garantia de reservas específicas para a sua manutenção, bem como com a instrumentalização material e intelectual dos indígenas para o trabalho. É necessário lembrar, contudo, que haviam concepções distorcidas sobre o tipo de “proteção” a que se propunha o órgão.

Proteger, no sentido estipulado pelas autoridades do SPI, não significava necessariamente defender direitos sobre territórios auto reconhecidos como tradicionais pelos indígenas e/ou a manutenção de sistemas socioculturais particulares e específicos de cada grupo étnico. Na concepção das autoridades políticas e militares da República Velha (que de certa maneira teve continuidade no Estado Novo), a proteção oferecida pelo SPI aos indígenas deveria estar intimamente atrelada aos interesses da sociedade nacional, integrando-os e vinculando-os através de estratégias de atração e confinamento em locais específicos, determinados de acordo com o interesse de uma classe política e econômica dominante, de onde deveriam tirar seu sustento, amparados pelo “abraço amigo” do governo federal.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> É importante destacar que o SPI é criado em 20 de Junho de 1910 através do Decreto nº 8072, sob a sigla SPILT (Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais), o que significava além de prestar assistência às populações indígenas contatadas pelas frentes de expansão, pacificá-las e equipá-las para que pudessem se tornar úteis e futuramente incorporados à categoria de trabalhadores nacionais. Tendo em vista que sua categoria enquanto indígena era vista como transitória, juntar-se-iam pelas “benesses” da civilização às populações caboclas (nacionais), nos Centros Agrícolas, auxiliando no crescimento da agricultura e pecuária do país. Em 06 de janeiro de 1918, através do Decreto Lei nº 3.454, o órgão responsável pela localização dos trabalhadores nacionais foi separado do SPI e incorporado ao Serviço de Povoamento do Solo, contudo, sem comprometer o caráter integrador e civilizatório do órgão indigenista. Mais informações sobre os anos iniciais do SPI podem ser conferidas nos Relatórios do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC) entre os anos de 1910 e 1930 e na Coletânea de Leis, Atos e Memoriais Referentes ao Indígena Brasileiro (1947).

As estratégias do SPI para controlar e sustentar esse poder tutelar eram, de acordo com Antônio Carlos de Souza Lima, conduzidas para centralizar e garantir o monopólio sobre o exercício de diversos poderes entre os povos nativos, implantando, gerindo e reproduzindo estes poderes através de práticas, normas e leis constituídas, ordinariamente, à revelia dos interesses indígenas (SOUZA LIMA, 1995, p. 39). Em decorrência deste processo centralizador, aconteceram desde expropriações territoriais e controle das organizações socioculturais, até a exploração do trabalho indígena em prol de uma política de “auto sustentabilidade” dos estabelecimentos tutelares.

Neste sentido, se não podemos asseverar categoricamente que a tutela das populações indígenas funcionou muito mais como um regime jurídico criado para alavancar carreiras públicas e manter dispositivos de controle sobre os espaços e povos indígenas do Brasil, também não é admissível insistir em sua sacralização como o órgão *per se* da defesa dos interesses dos mesmos, como já o fizeram alguns pesquisadores.<sup>2</sup> Antes de mais nada, devemos compreender o SPI como uma agência criada em um momento chave de expansão para os remotos sertões brasileiros, em que se buscava uma fixação populacional no interior do território, ainda pouco explorado na primeira metade do século XX.

Entre seus idealizadores e executores, constam grandes personalidades positivistas, como Rodolpho de Miranda, na época Ministro da Agricultura e Comércio (MAIC)<sup>3</sup> e o então Tenente Coronel Candido Mariano da Silva Rondon, que durante muitos anos chefiou expedições da Comissão de Linhas Telegráficas e

---

<sup>2</sup> Para citar um exemplo entre os mais conhecidos defensores do SPI, destacamos o etnólogo Darcy Ribeiro, cujas pesquisas iniciaram-se em 1947, quando este já fazia parte do corpo de pesquisadores do órgão indigenista federal. Apesar de reconhecer os limites e as irregularidades ocorridas durante a sua existência, Ribeiro considerava o SPI uma instituição humanística que impediu o desaparecimento de dezenas de grupos indígenas. O antropólogo Antônio Carlos de Souza Lima faz um balanço crítico sobre as pesquisas de Darcy Ribeiro, através da análise de sua principal obra “Os Índios e a Civilização”, de 1970. Sobre o assunto, consultar: SOUZA LIMA, 2011, pp. 203-206; MATTOS, 2011, pp. 213-221.

<sup>3</sup> Cabe lembrar que o SPI ficou subordinado a vários Ministérios ao longo de sua trajetória. Organizado em 1910, iniciou suas atividades vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (Decreto nº 8.072 de 20/06/1910), em 1930, passa a fazer parte do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto nº 19.433 de 26/11/1930) e, em 1934, é vinculado ao Ministério da Guerra (Decreto nº 24.700 de 12/07/1934). Após uma reorganização dos Ministérios em 1939 o SPI volta a estar enquadrado no Ministério da Agricultura (Decreto nº 1.736 de 03/11/1939), onde permaneceu até sua extinção em 1967. Souza Lima destaca que a criação do MAIC beneficiou duplamente os segmentos paulistas dominantes, através de concessões de empréstimos e pela presença de seus representantes no quadro do Ministério. Como exemplo, revela que os três primeiros ministros da agricultura indústria e comércio (Antônio Candido Rodrigues, Rodolpho Miranda e Pedro de Toledo, respectivamente) proviriam de São Paulo e eram membros da aristocracia agrícola e industrial deste estado. (SOUZA LIMA, 1995, pp. 106-107). Maiores detalhes em SOUZA LIMA, 1995, pp. 230-286 e ROCHA, 2003, pp. 75-102.

Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMGA) e conhecia, como poucos, a realidade existente nos rincões brasileiros. As articulações políticas de Rondon e Miranda possibilitaram a regulamentação do regime tutelar, emancipando os indígenas da tutela orfanológica, herdeira das concepções indigenistas do Império, passando-os para a tutela integradora do SPI. “Em outras palavras, o índio deixou de ser tutelado pelo poder judiciário, passando a sê-lo pelo poder executivo” (ROCHA, 2003, p. 79).

Na essência das estratégias da política integracionista do SPI, todo o contingente indígena existente no território nacional deveria ser “agraciado” com a assistência governamental. Assim sendo, não somente os indígenas já aldeados receberiam a atenção do governo, mas também formar-se-iam comissões para “atrair” os indígenas que viviam em estado nômade, reunidos em tribos espalhadas por territórios em processo desbravamento (sem contato permanente com a sociedade envolvente) e aqueles que viviam em promiscuidade com civilizados. (DECRETO n. 9124 de 15/12/1911 In: BRASIL, 1947, pp. 112-113).

O controle de um amplo território com presença indígena, como é o caso do Brasil, exigiu a criação de inúmeros cargos técnicos e administrativos, assim como de sedes regionais e locais, gerando um aparato burocrático que necessitou de um suporte governamental bastante significativo. Como órgão vinculado ao MAIC, certamente muitos cargos e funções dentro do SPI foram ocupados por pessoas sem grande empolgação pela causa indígena, sendo fruto de indicações e transações políticas que há longo tempo definem a organização das secretarias e ministérios dos governos.

Todo um mecanismo administrativo foi organizado para controlar as ações frente aos indígenas. No topo da hierarquia do SPI estava o cargo de Diretor Geral, ocupado pela primeira vez pelo próprio Rondon, que o exerceu até 1930. Da sede do órgão indigenista federal, no Rio de Janeiro, eram emitidas ordens para as Inspetorias Regionais, cujas sedes geralmente eram instaladas nas capitais dos estados. Estas inspetorias, por sua vez, contavam com inspetores regionais, responsáveis pela fiscalização e atendimento às “necessidades” dos indígenas de cada um dos Postos Indígenas ou Centros Agrícolas, geralmente trazidas pelos encarregados locais (chefes de Posto) de cada Posto Indígena. Nos meandros desta cadeia hierárquica existiam ainda agrônomos, desenhistas, auxiliares de ensino, escreventes, serventes, ajudantes etc., cargos estes ocupados algumas vezes também

por indígenas, como uma estratégia de legitimação do Serviço frente às populações tuteladas.

Pode-se inferir que os Postos Indígenas constituíram as unidades básicas para a implementação das políticas indigenistas brasileiras (ROCHA, 2003, p. 109). Eles podem ser entendidos também como receptáculos empíricos das experiências no campo das práticas de proteção e controle das populações indígenas, onde se destacaram as normativas de caráter assistencial, as orientações educacionais, de saúde e promoção da economia indígena (Ibid.). Esta última, que deveria pautar-se pela vocação econômica da região em que estavam estabelecidos os postos, possibilitou a exploração sob vários aspectos dos bens do patrimônio indígena, os quais, em tese, deveriam reverter para a manutenção da comunidade indígena envolvida nas iniciativas.

Estas políticas, construídas geralmente sobre bases frágeis, ou seja, sem maiores preocupações com os impactos socioculturais e ambientais nas comunidades indígenas, estavam dentro das estratégias do SPI de construir índios “melhores”, isto é, pequenos agricultores e cidadãos obedientes, conservando e aproveitando apenas algumas poucas “virtudes” indígenas (GARFIELD, 2011, p. 341). Neste contexto, muitos projetos de desenvolvimento são implementados no interior dos Postos Indígenas, conduzidos pelos funcionários do órgão indigenista federal e voltados para a “evolução socioeconômica” das populações indígenas.

Deste modo, de forma progressiva, foram sendo elaboradas e desenvolvidas iniciativas inseridas no contexto de modernização do Brasil, principalmente a partir das décadas de 1940 e 1950, quando o país entra em um forte processo de industrialização e dinamização das atividades agropecuárias. Neste contexto, o SPI passa a elaborar estratégias de aproveitamento das áreas indígenas através das atividades agrícolas, pecuárias, industriais e extrativas, com vistas a aumentar a utilidade dos indígenas para a economia brasileira. Assim sendo, irão florescer em diversos Postos Indígenas projetos e programas voltados para a transformação dos indígenas em pequenos produtores rurais, capazes de se auto sustentarem (SOUZA LIMA, 1992, p. 159). Esta auto sustentabilidade estava ligada não apenas à produção agropecuária para o consumo próprio, mas, sobretudo, para a produção de excedentes destinados à comercialização.

Neste sentido, destacaram-se entre as principais iniciativas do SPI, projetos de alcance nacional como o *Programa Educacional*, que previa o estabelecimento de

atividades educacionais voltadas para a formação de uma mentalidade camponesa entre os alunos indígenas, inclusive com a formação de Clubes Agrícolas nas escolas indígenas<sup>4</sup>; o *Programa Pecuário*, cuja prioridade era o aproveitamento das áreas de campo para a criação de gado; a *Campanha do Trigo* e a *Campanha de Reflorestamento*.<sup>5</sup>

Estes projetos de desenvolvimento dos Postos Indígenas, baseados no aproveitamento da mão de obra dos próprios indígenas, geravam dividendos que deveriam ser utilizados para a manutenção dos mesmos, através da compra de roupas, sementes e remédios, bem como na construção de casas para os índios, escolas, renovação do rebanho, aumento da área cultivada, etc. Os recursos auferidos com a comercialização da produção excedente dos Postos ficaram conhecidos como “renda do patrimônio indígena” (ou simplesmente “renda indígena”). As indefinições sobre a melhor forma de investir a “renda indígena” permearam as relações de trabalho e produção nos Postos Indígenas, ocasionando, muitas vezes, graves conflitos entre lideranças, funcionários do SPI e trabalhadores indígenas.<sup>6</sup>

A título de exemplificação sobre o mecanismo da renda indígena, podemos citar o caso dos Kaingáng nos Postos Indígenas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A renda dos Postos Indígenas destes estados provinha de três fontes principais: pela ordem do montante de receita, constituía-se respectivamente pela “venda de madeira; arrendamento das terras às famílias camponesas; produção de cereais e leguminosas, como trigo, soja<sup>7</sup> e milho” (BRIGHENTI, 2012, p. 30). Para garantir o controle sobre o trabalho e a renda indígena, tornou-se fundamental então manter o domínio sobre as ações dos indígenas, incluindo, em muitos casos, forçar sua descaracterização no que concerne à organização sociocultural e espacial.

Analisando os dados que se apresentam através de relatórios e correspondências do SPI, em conjunto com a bibliografia específica, podemos caracterizar as ações controladoras de inspetores, encarregados e demais

---

<sup>4</sup> Sobre o Programa Educacional do SPI e a formação de Clubes Agrícolas Escolares, ver: BRINGMANN, 2012, pp. 123-148.

<sup>5</sup> As duas últimas com atividades mais intensas nos Postos Indígenas da 7ª Inspeção Regional, que administrava os postos da Região Sul do Brasil, cujas áreas eram propensas à plantação do trigo e cujas florestas de araucária estavam ameaçadas pelo corte industrial, promovido muitas vezes pelo próprio SPI dentro das áreas indígenas.

<sup>6</sup> Em tese, o sistema de renda indígena deveria atender aos indígenas nos períodos em que a produção para o consumo não atingisse uma quantidade suficiente para a subsistência dos indígenas. (SANTOS, 1970, p. 63).

<sup>7</sup> Cabe lembrar aqui que a produção de soja foi mais intensivamente explorada durante o período que compreende a administração da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), criada em 1967 em substituição ao SPI.

funcionários dos postos indígenas sob o arcabouço do poder disciplinar, de acordo com as prerrogativas de Michel Foucault (2005; 2012) e Giorgio Agambem (2002), e ainda, sob o prisma da violência simbólica, conforme o conceito expresso em Bourdieu (2012). Nossa escolha teórico metodológica deve-se ao fato de que o exercício do poder, seja ele simbólico ou disciplinador, faz aumentar a utilidade dos indivíduos, faz crescer suas habilidades e aptidões e, por conseguinte, sua capacidade produtiva, sendo exercido através de tecnologias de poder específicas (FOUCAULT, 2005, pp. 171-172). O SPI, através do olhar hierárquico dos seus representantes, armou muitas redes para orientar, vigiar e normatizar as vidas das populações indígenas. Os dois projetos apresentados a seguir são exemplos dessa ampla rede de poderes.

### ***O Programa Pecuário***

Para orientar a marcha do progresso pretendida pelo SPI, convencionou-se separar as “categorias indígenas”, organizando-as de acordo com as diversas etapas da passagem do isolamento à civilização. De acordo com os mecanismos ideológicos do órgão indigenista, ao longo de sua história fundaram-se Postos de Atração, Pacificação, Sedentarização e Nacionalização, categorias estas definidas pelo grau de integração dos indígenas com a sociedade envolvente (OLIVEIRA FILHO, 1987, SOUZA LIMA, 1995). Neste sentido, o *Programa Pecuário* promovido pelo SPI seguiu firmemente as normativas que estabeleciam estratégias e projetos de desenvolvimento agropecuário destinados às populações indígenas concebidas como “integradas à sociedade nacional”.

O *Programa Pecuário* alcançou grande destaque na década de 1940 e foi considerado pelas autoridades do SPI, uma das atividades mais relevantes rumo à emancipação econômica dos Postos Indígenas, tendo em vista a disponibilidade em muitos deles de áreas propícias para a criação de gado, especialmente bovino. Este aspecto é destacado por Leandro Mendes Rocha, ao lembrar que a orientação das atividades econômicas a serem implantadas entre os indígenas eram pautadas não apenas no interesse dos índios ou fatores relacionados à sua cultura, mas, sobretudo, no fato de a terra ser ou não apropriada para determinada atividade econômica (ROCHA, 2003, p. 96). Neste sentido, destacamos algumas orientações da Direção Geral do SPI no intuito de desenvolver e ampliar o programa:

Muitas “terras de índios” são dotadas de campos nativos apropriados à criação. E como a pecuária é uma atividade facilmente adotável pelos índios, e muito do gosto deles, tais campos devem ser sempre aproveitados e beneficiados para essa utilização. E onde não os houver nativos cumpre-nos fazê-los artificiais com o plantio de bons capins, de modo que todas as tribus venham finalmente a dispôr do gado indispensável à sua perfeita instalação rural. Porque, embora em todos os PI e aldeias, a lavoura, pelo menos para o consumo próprio, deva ser uma ocupação essencial, a criação, mais que qualquer outra atividade contribuirá para a adaptação e suficiência dos índios (BRASIL/SPI, Boletim Interno nº 16. 31/03/1943, p. 58).

Os investimentos para obtenção de sucesso no *Programa Pecuário* foram consideráveis, com aquisição de reprodutores e matrizes de grande rendimento e de várias raças (Guzerá, Nelore, Hereford, etc.), distribuídos de acordo com os objetivos da criação e adaptação às condições climáticas e ecológicas dos Postos (Ibid. p. 66). Além disso, foi necessário equipar os Postos para que atendessem à demanda de currais e cercas, bem como conceder atendimento veterinário, principalmente nas etapas iniciais da criação.

Com o intuito de alavancar o *Programa* e manter a prioridade na atividade pecuária, muitos dos Postos Indígenas de Nacionalização (PIN) acabaram tendo seus nomes modificados para Postos Indígenas de Criação (PIC) como ocorreu com os Postos Indígenas de Mangueirinha no Paraná (IR7), Bananal em Goiás (IR8), Caramurú na Bahia (IR4) e Piebaga no Mato Grosso (IR6) (BRASIL/SPI, Boletim Interno nº 34, 30/09/1944, pp. 279-282). Todos estes postos mantinham grandes criações do gado bovino e equino, os quais atendiam as necessidades de consumo de carne, leite e transporte dos indígenas. O grande objetivo, porém, era o aumento do rebanho com vistas à sua comercialização.

A diretoria do SPI exigia um rigoroso controle sobre o rebanho por parte dos Inspetores e encarregados e, por isso, ordenava regularmente balanços sobre a produtividade dos Postos, nos quais solicitava estatísticas sobre a quantidade e a qualidade dos animais que compunham o rebanho dos mesmos. Com base nos dados apresentados pelas Inspetorias Regionais, constatamos que em 1944, as 8 Inspetorias Regionais do SPI, nas quais estavam organizados 93 Postos Indígenas, possuíam juntas aproximadamente 26 000 cabeças de gado bovino. Os maiores rebanhos foram formados nas IR5 e IR6, que somadas, contabilizavam mais da metade do montante geral das inspetorias, com cerca de 7000 cabeças cada uma (Ibid. p. 283).

O sucesso do empreendimento gerava grandes elogios da Direção Central aos Postos com bom desempenho na criação. Por outro lado, ao mesmo tempo em que eram elogiados encarregados e demais funcionários das Inspetorias e Postos Indígenas que alcançavam destaque positivo na execução do *Programa Pecuário*, surgiam também algumas críticas severas para as Inspetorias e Postos mais atrasados, como ocorreu com a IR3, com sede no Maranhão. De acordo com o mesmo boletim informativo de setembro de 1944:

Não tivemos ocasião, nem mesmo de perceber por parte dos respectivos servidores nenhuma iniciativa, referência ou proposta no sentido de incentivar a pecuária de qualquer natureza. Por esse motivo, até agora não a pudemos animar. Algumas vezes existentes nos Postos vivem segundo os avisos mensais precariamente por falta de pastagens, e sendo levadas de um Posto para outro onde se encontra grama mais crescida e verde. Mas será coisa de outro mundo fazer pastagens suficientes em cada Posto, e obter forragens para pequena criação bovina, suína e galinácea? Respondam-nos os Srs. Chefe, Inspetores e Agentes do SPI na IR3 (Ibid. p. 282).

Se no caso de alguns Postos da região Nordeste os pretextos pelo mau desempenho na pecuária eram atribuídos geralmente às constantes secas e terrenos impróprios para criação em grande escala, o mesmo não ocorria nos Postos da IR7, criticados por apresentarem um rebanho constituído por “apenas” 4000 cabeças de gado. As críticas da direção se deviam ao fato de os Postos desta IR se localizarem nos três estados da região Sul, os quais, historicamente, possuíam excelentes campos de criação, sendo o Rio Grande do Sul à época, o mais adiantado na pecuária nacional (Ibid. p. 280). Além disso, haviam muitos campos nativos e artificiais nas áreas onde foram instalados os Postos Indígenas e que ainda eram pouco aproveitados.

Fatores climáticos e ambientais não deveriam servir como obstáculo para a realização do *Programa*, por isso, para atender aos demais Postos que não possuíam condições propícias para a manutenção de rebanhos bovinos, foi incentivada a criação de animais de menor porte (cabras, porcos, aves, coelhos, etc.). Os Postos que contavam com rebanhos bovinos também podiam se dedicar à criação dos animais menores, principalmente para a alimentação dos indígenas. No entanto, haviam claras instruções para que seu cuidado não comprometesse a mão de obra para a manutenção do rebanho bovino. Além disso, como a criação se destinaria aos próprios indígenas, deveria se tomar o cuidado para que os empregados fossem de preferência índios e que não fossem medidos esforços para que os mesmos

aprendessem e tomassem gosto pela atividade pecuária (BRASIL/SPI, Boletim Interno nº 16. 31/03/1943, p. 59).

Dentre os animais de menor porte constantes no *Programa Pecuário* e inseridos nas atividades criatórias dos indígenas, os que ocupavam um lugar de maior destaque eram os suínos. Sua importância ia para além da produção de carne, constituindo importante fonte de produção de gordura (banha), utilizada em grande escala na culinária da época, não somente pelos indígenas, mas pelo povo brasileiro em geral. (BRASIL/SPI, Boletim Interno nº 20, 31/07/1943, p. 189). Em alguns Postos, portanto, a banha de porco constituiu-se em um importante item para comercialização e obtenção de renda. Além disso, por ser um animal onívoro, o porco poderia ser criado solto nas matas ou campos, o que diminuiria sensivelmente o seu custo de produção. Esta característica de fácil assimilação aos diversos ambientes, aliada à extrema fecundidade e a grande propensão à engorda (Ibid.), tornaram o porco um grande concorrente ao rebanho bovino.

Alguns encarregados levavam à risca os decretos encaminhados pela diretoria do SPI, outros nem tanto. Havia ainda aqueles que, inclusive, extrapolavam as prerrogativas do *Programa Pecuário*, criando programas próprios, dentro dos Postos Indígenas, como ocorreu no Posto Indígena Nonoai (RS), em que o encarregado Francisco Vieira dos Santos elabora um plano de metas para as atividades pecuárias naquele Posto.

...para uma criação racional, como pretende o Posto e se propõe, terá de obedecer o seguinte: [...] 2 internadas de cria, no mínimo, para evitar a refinação; [...] 1 internada para desterrear a vacada de cria, em setembro; [...] 1 internada para a engorda do boi; 1 internada para a engorda de vacas que não sirvam mais para cria, [...] 1 internada para equino, que prejudica o bovino em comum; e a separação dos touros em fins de Fevereiro para se soltar na cria, em Outubro, afim de evitar a produção do verão, a qual é sempre atacada de pneumointerite, com o calor, o berne, a bicheira e conseqüente prejuízo; ter em vista uma tropa de engorda, toda com a mesma idade, para evitar o refugo do comprado e portanto sua valorização [...] É indispensável para esta cria um plantel de gado puro [...] para garantir uma produção selecionada. [...] É este, Sr. Diretor, o Programa Pecuário deste PI, que se tiver a aprovação do SPI e os meios necessários, garanto executar com precisão. (BRASIL/SPI. PI Nonoai. Of. Relatório nº 40, 2 de abril de 1945, pp. 4-5.)

É possível perceber que havia um grande conhecimento de causa por parte do encarregado, no sentido de compreender as épocas corretas para cada atividade e sobre as doenças que poderiam atingir o gado. Suas pretensões eram bastante

ousadas com metas de alcançar um rebanho de 3000 cabeças, que representariam uma renda de Cr\$200.000,00 por ano (BRASIL/SPI. PI Nonoai. Relatório anual 1945. p. 11). Para atingir seus objetivos, sugeria ainda que os demais trabalhos ficassem atrasados e que fossem distribuídos prêmios aos índios que mais empenho demonstrasse nos serviços. Reitera que no Posto “são dados prêmios de animais para servir de estímulo” (Ibid. p. 10).

O *Programa Pecuíario*, assim como muitas iniciativas do SPI, teve um período áureo, que podemos delimitar até meados da década de 1950, quando sofre um declínio em praticamente todos os Postos Indígenas. Na região sul, por exemplo, muitos Postos da IR7 tiveram seus rebanhos diminuídos ou mesmo extinguidos, em virtude dos muitos arrendamentos feitos pelo SPI a colonos regionais, que passaram a aproveitar as terras para o cultivo agrícola. Além disso, houve grande aproveitamento das terras e do trabalho dos indígenas no cultivo de cereais de maior alcance comercial, como o trigo.

### ***A Campanha do Trigo***

Entre os grandes projetos agrícolas desenvolvidos pelo SPI a partir da década de 1940, a *Campanha do Trigo* foi, sem dúvida, o de maior destaque, tendo em vista o alcance e os objetivos de sua organização. Iniciada em 1944, frente à demanda nacional pelo produto, a campanha foi desenvolvida principalmente entre os Kaingang e, em menor escala, os Guarani, espalhados pelos Postos da 7ª Inspeção Regional, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.<sup>8</sup> Este projeto pode ser compreendido como uma apropriação particular do SPI, advindo da mobilização governamental em torno da produção tritícola nacional, desenvolvida, sobretudo, através da criação de Serviço de Expansão do Trigo<sup>9</sup> em 1944.

---

<sup>8</sup>Os Kaingáng representavam mais de 80% do contingente indígena existente na área de atuação dos Postos da 7ª Inspeção Regional e sua economia era, até a década de 1940, considerada bastante artesanal e rudimentar, devido às práticas primitivas de produção agrícola com base na coivara ou “roças de toco”.

<sup>9</sup> A produção de trigo no Brasil começa a ter um forte estímulo governamental a partir da entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial, em 1942, quando as importações da Europa e América do Norte foram seriamente comprometidas pelo conflito. Dessa forma, uma série de medidas é estabelecida pelo governo Getúlio Vargas para incentivar a produção do cereal no país. Entre as principais medidas podemos destacar o Decreto Lei nº 4953 de 13 de novembro de 1942, que dispõe sobre a aquisição e beneficiamento do trigo nacional e o Decreto Lei nº 6170 de 05 de janeiro de 1944, que autorizava o Ministério da Agricultura a elaborar e realizar um programa de expansão da área tritícola nacional, bem como de aperfeiçoamento dos métodos agrícolas seguidos nas regiões onde se cultivava o trigo. Programa esse que ficou conhecido por Serviço de Expansão do Trigo. Maiores informações podem ser obtidas em AMBROSI & TOMASINI, 1998, pp. 59-84.

Considerada pelas autoridades do órgão indigenista federal uma honorável contribuição patriótica, a produção de trigo nos Postos do SPI demonstraria ainda mais a importância do Serviço perante o governo e a capacidade produtiva dos indígenas tutelados. No que tange à sua funcionalidade, a produção tritícola era encarada na década de 1940 como a principal atividade agrícola capaz de agilizar a tão sonhada emancipação econômica dos Postos Indígenas. A IR7, neste sentido, apresentava-se como carro chefe deste empreendimento

Contudo, tendo em vista as adversidades iniciais advindas com a falta de experiência dos encarregados no cultivo do cereal, bem como condições climáticas adversas, os resultados alcançados ao longo da década de 1940 podem ser considerados tímidos. Entretanto, alguns incentivos advindos do Ministério da Agricultura ajudarão a alavancar a produção tritícola a partir de 1950. Neste período, muitos recursos são revertidos para o emprego de técnicas mais avançadas de produção, entre as quais o plantio com sementes selecionadas, adubação e mecanização das lavouras, treinamento de pessoal, etc., o que possibilitou o aumento das áreas cultivadas com o cereal.

Com os novos investimentos, a produção tritícola espalha-se por praticamente todos os Postos Indígenas submetidos à IR7, fazendo com que em 1953, a produção dos indígenas ultrapasse as mil toneladas de trigo (ANUÁRIO 1953, p. 19. In. BRASIL/SPI, Boletim Interno nº 19, agosto de 1958, p. 03), alcançando 1430 toneladas em 1954 (ROCHA, 2003, p. 115). Dessa forma, com a produção tritícola crescente nos Postos Indígenas, o SPI comemora o alcance de seu projeto, enaltecendo o sacrifício dos funcionários envolvidos, pois, graças aos seus esforços “o índio já deixa de ser um simples participante da economia regional, para competir e assumir posição de liderança ao mesmo tempo que os Postos se tornam centros de progresso e incremento da lavoura (BRASIL/SPI, Boletim Interno nº 19, agosto de 1958, p. 03).

Para enaltecer o sucesso alcançado pela *Campanha do Trigo* nos Postos da IR7, o SPI destaca sua atuação através de inúmeros elogios publicados por meio de seus Boletins Internos, cuja circulação deveria atingir todos os Postos Indígenas controlados pelo órgão indigenista, como forma de incentivá-los a seguir seu exemplo, conforme destacamos a seguir:

A Sétima Regional é, talvez, a única que tem vida própria. A renda de seus Postos Indígenas, dá pra suprir as necessidades daquela

Repartição do Serviço de Proteção aos Índios. [...] Ali, a agricultura é tomada a sério. E, na época apropriada, o feijão, o milho, o amendoim, a mandioca, a alfafa, a abóbora, etc., enchem os paíóis dos Postos. [...] É por tudo isso, que homenageamos a Sétima Inspetoria, e conseqüentemente, a todos os seus servidores e índios que trabalhando para o desenvolvimento dessa repartição, estão trabalhando para o soerguimento do Serviço de Proteção aos Índios (BRASIL/SPI, Boletim Interno nº 26, março de 1959, s/p.)

Esta passagem é emblemática, pois traduz uma tentativa de justificar a existência e a atuação do SPI frente a um contexto desfavorável, em que o órgão é bastante contestado na esfera política nacional, quando começavam a proliferar denúncias de má conduta de funcionários do seu quadro, principalmente encarregados de Postos, suspeitos de apropriação indébita dos lucros auferidos pela produção dos índios e, inclusive, com acusações de maus tratos contra os mesmos. Neste sentido, ao dar ênfase na produção agrícola da IR7, o SPI pretendia não apenas incentivar o desenvolvimento dos trabalhos nas outras Inspeções Regionais, mas, especialmente, demonstrar às autoridades políticas nacionais e a sociedade em geral, que havia rigor, controle e cobranças por parte do órgão aos seus funcionários e tutelados.

Para facilitar a divulgação das informações, tornou-se corriqueiro o SPI investir em estratégias de divulgação dos bons resultados alcançados por muitos Postos Indígenas através de textos propagandísticos, publicados em jornais de ampla circulação na capital federal, como o “Diário da Noite” e o “Correio da Manhã”. Nestes periódicos são apresentados detalhes sobre o Programa Educacional desenvolvido entre os indígenas de todo o território nacional.<sup>10</sup> Há destaque para os ensinamentos rurais aos alunos indígenas, com a ampliação do projeto de Clubes Agrícolas Escolares e distribuição de instrumentos agrícolas infantis. Com isso, o SPI pretendia demonstrar à sociedade que os investimentos feitos pelo governo não estavam sendo em vão, pois, desde pequenos, os indígenas aprendiam “as regras necessárias à formação racional e manutenção da lavoura” (BRASIL/SPI, Boletim Interno nº 46, novembro e dezembro de 1960, pp.14-15).

No que concerne ao cultivo do trigo, há ainda um esforço para implementar medidas fitossanitárias visando combater e prevenir as doenças que atingem as

---

<sup>10</sup> No Boletim Interno nº 46, referente aos meses de novembro e dezembro de 1960, estão incluídas duas reportagens veiculadas nos dois jornais citados, publicadas no dia 14 de dezembro de 1960. Nesta reportagem, são apresentados detalhes sobre a nova etapa da Campanha Educacional a ser promovida pelo SPI no ano de 1961.

lavouras deste cereal. Sendo assim, serão publicados através dos boletins internos, orientações sobre as técnicas corretas de conservação das sementes, preparação do solo e aplicação de herbicidas nas áreas cultivadas pelos indígenas. Estas medidas geralmente seguem as prerrogativas do Serviço de Informação Agrícola (SIA), do Ministério da Agricultura, criado para atender as áreas rurais brasileiras, através da divulgação dos progressos do governo no sentido de transferência de novas tecnologias para o homem do campo.<sup>11</sup>

O grande investimento na produção tritícola dos Postos Indígenas, combinado com a exploração madeireira, a pecuária, assim como outras práticas agrícolas e extrativas, contribuiu para que se instaurasse nos Postos Indígenas um fenômeno que Roberto Cardoso de Oliveira denominou como “situação de empresa” (OLIVEIRA, 1964; 1972). Através deste sistema, os bens produzidos pelos indígenas eram administrados por meio de uma lógica empresarial, na qual os encarregados do Postos apresentam-se como patrões e os indígenas, por sua vez, eram concebidos como os empregados (ROCHA, 2003, p. 116). Esta situação de empresa pode ser observada no relatório anual do SPI de 1954, onde seus representantes apresentam alguns resultados obtidos nos Postos da IR7:

Tribos como os Kaingang, que até cerca de 40 anos passados viviam errantes e sem agricultura, hostilizados pelos colonos, hoje plantam em larga escala o milho, o feijão, arroz e produtos recém-importados como o trigo, a cevada, a alfafa, soja e batata inglesa. Mais do que isso, participam das Exposições Agrícolas Estaduais e, competindo com colonos nacionais ou de origem estrangeira, alcançam prêmios como foi o caso da última Festa Nacional do Milho, realizada em Santo Ângelo (RS) em que índios do PI Guarita foram premiados com menção honrosa (Trigo), Medalha de Prata (Milho), Medalha de Prata (Feijão). Individualmente, 14 índios deste posto que se destacaram como plantadores, receberam medalhas de prata.

Com os recursos obtidos dessa lavoura e mais os da extração de madeiras incrementa-se a mecanização da agricultura, possuindo essa IR 10 tratores, 9 arados e implementos, 5 moinhos de trigo, 1 serraria e 6 caminhões (BRASIL/SPI, Relatório anual de 1954, p. 38. In: ROCHA, 2003, p. 115).

A *Campanha do Trigo*, dessa forma, além de proporcionar dividendos para a manutenção dos indígenas, atuava como divulgador das capacidades produtivas dos

---

<sup>11</sup> Criado em 1938, o Serviço de Informação Agrícola (SIA) estava vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. “Concebido como agente comunicador, gerador e disseminador de tecnologia, o SIA desenvolveu todo um aparato e uma estrutura que visava não só a modernização do “hinterland brasileiro”, como a transformação do homem do campo e de suas tecnologias” (CAIADO, 1995, p. 9).

mesmos, demonstradas através dos inúmeros eventos agrícolas dos quais participavam. Em Santa Catarina, os Kaingang do Posto Indígena Chapecó, participaram em 1952 da 1ª Exposição Estadual do Trigo, ocasião em que apresentaram os resultados de sua produção tritícola através de desfile com seus utensílios agrícolas.<sup>12</sup>Neste evento, foi premiado um Kaingang, considerado um dos maiores plantadores de trigo do estado, sendo premiado com uma ceifadeira e outros implementos (BRASIL/SPI, Boletim Interno nº 19, agosto de 1958, p. 3).

A estratégia de premiar os indígenas que alcançassem sucesso no desenvolvimento das prerrogativas produtoras do SPI foi uma constante para garantir a produtividade em muitos Postos Indígenas. Dessa forma, os indígenas disputavam entre si os melhores resultados, estabelecendo entre os mesmos um controle normalizante, nos sentido exposto por Michel Foucault, a partir da lógica do *exame* (FOUCAULT, 2005, p. 154).No caso aqui analisado, a lógica da premiação é entendida como mais uma estratégia na combinação de técnicas e sanções do SPI para permitirem um controle normalizante dos indígenas, através de uma vigilância que permite qualificar, classificar, premiar e punir (Ibid.).

Assim como ocorreu com o *Programa Pecuário* e demais iniciativas de desenvolvimento dos Postos Indígenas, a *Campanha do Trigo* acabou se diluindo nos meandros da ingerência e corrupção que envolveu grande parte do quadro de servidores do SPI. As áreas indígenas da IR7, em particular, sofreram um violento processo de invasão por parte de colonos, geralmente antigos arrendatários legalizados das terras no interior dos Postos, que acabam aproveitando-se da instabilidade do órgão indigenista para se apropriar de lotes dentro das áreas indígenas.

### **Considerações finais**

Analisando os desdobramentos do *Programa Pecuário* e da *Campanha do Trigo* na IR7, podemos identificar uma série de mecanismos ideológicos nas estratégias desenvolvimentistas do SPI.Primeiramente, percebemos que o esforço para que os indígenas tomassem conta dos rebanhos e das lavouras como sua propriedade, necessitava de uma vigilância e controle constante por parte dos chefes

---

<sup>12</sup> A imprensa catarinense da época exaltou a experiência do SPI com os Kaingáng, enaltecendo a produtividade dos “índios agricultores”. Mais detalhes em: Diário da Tarde, Florianópolis, 26/11/1952, p. 1; A Gazeta, Florianópolis, 10/12/1952, p.1.

de Posto e demais funcionários, visto que eram frequentes os casos em que os indígenas abatiam o gado para consumo próprio ou negociavam o fruto de suas colheitas com os comerciantes regionais. Por isso a insistência nos relatórios em formar uma mentalidade cooperativa entre os indígenas (BRASIL/SPI, Boletim Interno nº 17, 30/04/1943), impedindo que atos isolados comprometessem toda a cadeia produtiva dos postos.

Por outro lado, poderíamos pensar que a “situação de empresa” revertia-se em benefícios para as populações indígenas envolvidas no processo, tendo em vista a geração de renda advinda com a comercialização da produção dos Postos. O que se observa, entretanto, é que grande parte desta produção perdia-se na burocracia do órgão federal ou na corrupção por parte de muitos encarregados (SANTOS, 1970, p. 63). O benefício para os índios era mínimo, consistindo em módicos pagamentos de diárias de trabalho, fornecimento de alimentos, ferramentas e algumas sementes para as suas atividades agrícolas próprias (Ibid.).

Concebidos sob o prisma empresarial, os postos indígenas eram submetidos à autoridade dos encarregados, os quais, em muitos casos, assumiram uma postura semelhante à de capatazes de fazenda (ROCHA, 2003, p. 97). Geralmente controladores e autoritários, tornou-se prática corriqueira a circulação dos mesmos pelas áreas indígenas armados de revólveres ou espingardas cujo caráter simbólico de atribuir temor aos indígenas, apresentava semelhanças aos guardas que policiam as colônias penais. As armas, neste caso, podem ser interpretadas como símbolos ou instrumentos por excelência da “integração social”, no sentido proposto por Bourdieu, “tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social”. (BOURDIEU, 2012, p. 10).

Muitos dos bons resultados obtidos através da *Campanha do Trigo* do Programa Pecuário, assim como de muitos outros projetos de desenvolvimento promovido pelo SPI, foram favorecidos pela grande exploração da mão de obra indígena, principalmente através de um regime de trabalho conjunto, que entre os Kaingang da IR7 ficou conhecido por “panelões”. De acordo com Juracilda Veiga, este sistema consistia em um regime de trabalho onde os índios deixavam de ter direito de trabalhar em suas roças, sendo obrigados a trabalhar nas lavouras do Posto(geralmente de grande escala comercial, como o trigo), ganhando somente a alimentação: “os homens para um lado, e as mulheres para outro. A comida era feita

em uma cantina, em grandes panelas, o que levou esse sistema a ficar conhecido como “panelão” (VEIGA, 2006, p. 5). Ainda hoje, os Kaingang mais velhos revelam através de relatos memorialísticos, detalhes interessantíssimos sobre o sistema dos “panelões”.<sup>13</sup>

É importante observar também o caso das premiações aos indígenas que se destacavam na produção agropecuária. Para fazer valer o investimento, os indígenas eram presenteados com animais de raça e equipamentos agrícolas, numa tentativa de estimular os mesmos e os outros indígenas a, cada vez mais, aumentar suas potencialidades individuais. Está arraigado nesta concepção, o objetivo de estimular a competitividade entre os indígenas e a tentativa de desarticulação dos mesmos enquanto grupo. Compreende-se que, ao estimular as diferenças individuais, o poder de regulamentação do órgão indigenista é potencializado.

De um modo geral, a *Campanha do Trigo e o Programa Pecuário*, assim como outras iniciativas produtivas do SPI, possibilitaram o desenvolvimento de alguns Postos Indígenas durante um certo período, quando os mesmos foram equipados com modernos maquinários, insumos agrícolas, grandes pastagens e currais, que permitiram aumentar e qualificar a produção. Entretanto, o preço a ser pago pelos indígenas foi a exploração sistemática de sua mão de obra, contribuindo para o comprometimento de muitas das suas práticas tradicionais de relação com a terra e seus produtos, levando em conta as restrições impostas pelos encarregados dos Postos. Além disso, as sociabilidades também foram prejudicadas, pois, a partir do momento em que grandes áreas de mata nativa são consumidas para a abertura de lavouras e pastagens, os indígenas perdem seus espaços tradicionais de interação com a natureza e sua cosmologia.

Ao analisar os projetos de desenvolvimento do SPI em um contexto nacional e regional, é importante ter bem claro que os instrumentos utilizados para alavancar a economia e a auto suficiência dos Postos Indígenas foram, geralmente, fundamentados em modalidades de trabalho e produtividade completamente alheios aos interesses da maioria das sociedades indígenas abrangidas. No caso dos Kaingang da IR7, a *Campanha do Trigo e o Programa Pecuário* foram

---

<sup>13</sup> Sobre o sistema dos panelões, o antropólogo Ricardo Cid Fernandes destaca em sua Tese de Doutorado alguns depoimentos dramáticos colhidos entre os Kaingang do Paraná e do Rio Grande do Sul. O depoimento de um velho Kaingang da TI Ligeiro demonstra bem essa relação de trabalho: “Trabalhei 18 anos para o posto no tempo do SPI. Roçava, semeava, trabalhava uma semana para ganhar um pedacinho de carne. Não podia plantar para si... Naquele tempo não plantava, era só feijão e farinha. 200 sacos de trigo eu plantei só na enxada.” (FERNANDES, 2003, p. 187).

orientados para as necessidades de integração à sociedade regional. Este aspecto está imbuído de uma certa ironia, porque essa mesma sociedade regional a quem deveriam ser integrados os indígenas, não os queria como integrantes. Tal fato é revelado através dos inúmeros relatos orais e textuais existentes sobre os conflitos envolvendo os indígenas com posseiros, colonos, comerciantes e madeireiros, os quais, sob os diversos pretextos, buscavam deslegitimar a presença indígena nas áreas dos Postos.

No que concerne aos projetos de desenvolvimento do SPI, os mesmos extinguiram-se com o fim do órgão indigenista em 1967. O advento da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a partir de 1968, possibilitou o surgimento de novos projetos de desenvolvimento, nomeadamente através da criação do Departamento Geral do Patrimônio Indígena (DGPI), que formulou novos programas desenvolvimentistas nas áreas indígenas, com resultados tão ou mais funestos para as relações sociais e simbólicas dos indígenas que os anteriores projetos propostos pelo SPI.

## **Bibliografia**

AGAMBEM, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

AMBROSI, Ivo; TOMASINI, Roque Gilberto Annes. Aspectos Econômicos da Cultura de Trigo. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v.15, n.2, maio/ago. 1998. pp.59-84.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Coletânea de Leis, Atos e Memoriais referentes ao indígena brasileiro compilados pelo oficial administrativo L. Humberto de Oliveira**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **O Movimento Indígena no Oeste Catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980**. Tese (Doutorado em História). Florianópolis: PPGH/UFSC, 2012.

BRINGMANN, Sandor Fernando. O Programa Educacional do SPI e os Clubes Agrícolas Escolares: a experiência entre os Kaingang do RS e de SC (1941-1967). In: NÖTZOLD, Ana Lúcia; ROSA, Helena Alpini; BRINGMANN, Sandor Fernando (orgs). **Etnohistória, História Indígena e Educação: contribuições ao debate**. Porto Alegre: Pallotti, 2012. pp. 123-148.

CAIADO, Beatriz Coelho. **A informação agrícola na época de Getúlio Vargas: O Serviço de Informação Agrícola**. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) Brasília: UNB, 1995.

D'ANGELIS, Wilmar. **Para uma História dos Índios do Oeste Catarinense**. Cadernos do CEOM/FUNDESTE. Ano 4. nº 6. Chapecó, 1989.

FERNANDES, Ricardo Cid. **Política e Parentesco entre os Kaingang**: Uma análise etnológica. Tese (Doutorado em Antropologia Social) São Paulo: PPGAS/USP, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: História da Violência nas Prisões. 30. ed. Petrópolis: Ed. Vozes. 2005.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (org.). **Memória do SPI**: Textos, Imagens e Documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI, 2011.

GARFIELD, Seth. A política indigenista do SPI e seus limites entre os Xavante, (1946-1961). In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (org.). **Memória do SPI**: Textos, Imagens e Documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI, 2011. pp. 341-349.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. O Governo dos Índios sob a Gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios do Brasil** (org.) São Paulo: Cia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. **Um Grande Cerco de Paz**: Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. Reconsiderando poder tutelar e formação de Estado no Brasil: notas a partir da criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (org.). **Memória do SPI**: Textos, Imagens e Documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI, 2011. pp. 201-211.

MATTOS, André Luis Lopes Borges de. Darcy Ribeiro e o Serviço de Proteção aos Índios. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (org.). **Memória do SPI**: Textos, Imagens e Documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI, 2011. pp. 213-221.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Índio e o Mundo dos Brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

\_\_\_\_\_. **A Sociologia do Brasil Indígena**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. São Paulo: Edusp, 1972.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. **Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero / Ed. UFRJ, 1987.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização**: A integração das populações indígenas no Brasil moderno. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

ROCHA, Leandro Mendes. **A Política Indigenista no Brasil (1930-1967)**. Goiânia: Ed. UFG. 2003.

SANTOS, Sílvio Coelho. **A Integração dos Índios na Sociedade Regional**: A função dos postos indígenas em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. UFSC, 1970.

\_\_\_\_\_. Indigenismo e Expansão Capitalista: Faces da agonia Kaingang. **Cadernos de Ciências Sociais**. Vol. 2. nº 2. Florianópolis, PPGCS/UFSC, 1981.

VEIGA, Juracilda. Arrendamento e privatização da Terra Indígena. In: **Povos Indígenas no Brasil (2001-2005)**. São Paulo: ISA, 2006, pp. 836-839.

#### **Fontes Documentais**

BRASIL/SPI. **Boletim Interno nº 16**. Março de 1943. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL/SPI. **Boletim Interno nº 17**. Abril de 1943. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL/SPI. **Boletim Interno nº 20**. Julho de 1943. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL/SPI. **Boletim Interno nº 34**. Setembro de 1944. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL/SPI. **Of. Relatório nº 40** encaminhado pelo encarregado do PI Nonoai Francisco Vieira dos Santos ao Diretor do SPI José Maria de Paula. PI Nonoai: 2 de abril de 1945. Microfilme 058. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL/SPI. **Relatório anual de 1945** encaminhado pelo encarregado do PI Nonoai Francisco Vieira dos Santos ao Inspetor Chefe da IR7 Paulino de Almeida. PI Nonoai: 20 de novembro de 1945. Microfilme 058. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL/SPI. **Boletim Interno nº 19**. Agosto de 1958. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL/SPI. **Boletim Interno nº 26**. Março de 1959. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL/SPI. **Boletim Interno nº 46**. Novembro e Dezembro de 1960. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

### **Artigos de Jornal**

**Jornal Diário da Tarde**. O maior acontecimento no Oeste Catarinense, será a Exposição do Trigo em Joaçaba. Florianópolis: Quarta-Feira, 26 de novembro de 1952. Nº9431. Capa.

**Jornal A Gazeta**. Progresso Econômico de Santa Catarina. Florianópolis: Quarta-Feira 10 de dezembro de 1952. Nº 4272. Capa.

*Recebido em Setembro de 2013  
Aprovado em Dezembro de 2013.*